

Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira E sua aplicação no turismo de Jaguarão - RS¹

Programa de Desarrollo de La Franja de Frontera Y su aplicación en el turismo de Yaguaron - RS

SILVA, Tibério Marques Schorn da ²
CALDEIRÃO, Alexandre Carvalho³

Resumo: Em um país de dimensões continentais como é o caso do Brasil, certas regiões historicamente foram preteridas no desenvolvimento humano, social e econômico, em relação aos grandes centros urbanos. Com a missão de diminuir estas disparidades, o Ministério da Integração Nacional (MI), em um de seus eixos de atuação, promove o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), um documento que caracteriza e define conceitos sobre esta região, além de alinhar os esforços nacionais para o desenvolvimento dos 150 km de extensão de terras que se situam paralelos as linhas limítrofes entre o Brasil e os países da América Latina. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi verificar como esta legislação de nível federal impacta na rotina do município de Jaguarão-RS, contemplado pelos programas e ações. Inicialmente apresentando como a legislação referente ao PDFF compreende a faixa de fronteira, em especial no que diz respeito às cidades-gêmeas, mesorregiões e sub-regiões. Posteriormente, realizando a análise da execução orçamentária da prefeitura municipal, do período de 2014 a 2017, comparando seus valores arrecadados com aqueles efetivamente utilizados pela Secretaria de Cultura e Turismo de Jaguarão, no mesmo período. Além de utilizar o depoimento de um grupo específico de servidores da Prefeitura Municipal de Jaguarão (PMJ) e a observação participativa de uma reunião do Comitê Integrado de Fronteira. Os resultados possibilitaram identificar um descompasso entre a legislação federal e o entendimento existente pelos servidores municipais, e paralelamente apontaram para necessidade de uma retomada das ações conjuntas na faixa de fronteira, promovida especialmente pelos órgãos consulares do Brasil e da República Oriental do Uruguai.

Palavras-chave: Jaguarão; Fronteira; Desenvolvimento; Política Pública.

Resumen: En un país de dimensiones continentales como es el caso de Brasil, ciertas regiones históricamente fueron preteridas en el desarrollo humano, social y económico, en relación a los grandes centros urbanos. Con la misión de disminuir estas disparidades, el Ministerio de Integración Nacional (MI), en uno de sus ejes de actuación, promueve el Programa de Desarrollo de la franja de frontera (PDFF), un

1 Artigo desenvolvido como trabalho final da Especialização em Gestão Estratégica de Turismo, da Universidade Federal do Pampa. Entregue em 16 de agosto de 2018.

² Graduado em Gestão de Turismo na Universidade Federal do Pampa. Pós-Graduando em Gestão Estratégica do Turismo na Universidade Federal do Pampa. (timbas2@hotmail.com).

³ Prof. Alexandre é Coordenador Adjunto da Universidade Aberta do Brasil. Mestre em Gerenciamento Costeiro - PPGC pela FURG, Doutorando em Administração - PPGA na UNISINOS e orientador deste trabalho.

documento que caracteriza y define conceptos sobre esta región, además de alinear esfuerzos nacionales para el desarrollo de los 150 km de extensión de tierras que se sitúan paralelos a las líneas limítrofes entre Brasil y los países de América Latina. De esta forma, el objetivo de este trabajo fue verificar cómo esta legislación de nivel federal impacta en la rutina del municipio de Yaguaron -RS, contemplado por los programas y acciones. Inicialmente presentando cómo la legislación referente al PDFF comprende la franja de frontera, en especial en lo que se refiere a las ciudades gemelas, mesorregiones y subregiones. Posteriormente, realizando el análisis de la ejecución presupuestaria del ayuntamiento municipal, del período de 2014 a 2017, comparando sus valores recaudados con aquellos efectivamente utilizados por la Secretaría de Cultura y Turismo de Yaguaron, en el mismo período. Además de utilizar el testimonio de un grupo específico de servidores del Ayuntamiento Municipal de Yaguaron (PMJ) y la observación participativa de una reunión del Comité Integrado de Frontera. Los resultados posibilitaron identificar un desajuste entre la legislación federal y el entendimiento existente por los servidores municipales, y paralelamente apuntaron a la necesidad de una reanudación de las acciones conjuntas en la franja de frontera, promovida especialmente por los órganos consulares de Brasil y de la República Oriental del Uruguay.

Palabras-clave: Yaguaron, Frontera, Desarrollo, Política Pública.

1. Introdução

O Estado desenvolve estruturas de abrandamento das dificuldades encontradas nas regiões de fronteira e da construção de formas de resistência desses espaços, com foco positivo no desenvolvimento e na valorização das qualidades destes locais, visto que a região de fronteira abrange aproximadamente 27% do território nacional, com 588 municípios, distribuídos em 11 estados, e reúne cerca de 10 milhões de habitantes. Através dos Ministérios de Integração Nacional, o governo promove políticas, planejamentos, programas e ações que buscam reduzir as desigualdades regionais (BRASIL, 2009, p. 24).

O maior expoente de organização, planejamento e ação coletiva desta faixa territorial é o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que tem o desenvolvimento como norteador das ações, a estruturação física, social e produtiva, ativando o potencial local e a articulação com os países da América do Sul. Além disso, define conceitos e tipologias, congrega regionalizações e identifica principais atividades por segmentação territorial. Assim como define áreas temáticas, programas e ações para atingir os objetivos de redução das desigualdades regionais.

Entretanto, a realidade local pode não apresentar identificação com as propostas apresentadas na Legislação Federal. Desta forma, este trabalho objetiva

verificar como esta legislação de nível federal impacta na rotina do município de Jaguarão-RS, contemplado pelos programas e ações. Inicialmente apresentando como a legislação referente ao PDFF compreende a faixa de fronteira, em especial no que diz respeito às cidades-gêmeas, mesorregiões e sub-regiões, em as ações ligadas ao turismo.

Considera-se também, a experiência vivenciada pelo autor, com mais de dez anos como funcionário público municipal, em que observou a descontinuidade de políticas e projetos, seja pela troca do grupo gestor ou pela falta formação servidores do quadro fixo. Paralelamente ao objetivo principal, quer se identificar quais os valores efetivamente aplicados na área do turismo (2014 a 2017). E por fim, identificar a percepção dos funcionários da PMJ sobre o PDFF em nível municipal.

Para isso foi realizado na fase exploratória para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de ampliar o conhecimento na área estudada (KOCHE apud ZANELLA, 2009). Desta forma, se efetuou a seleção de legislações que referenciam esta faixa de fronteira e suas conceituações.

Com este embasamento foi possível elaborar uma tabela delimitando os programas e ações que foram estipulados pelo MI, como vetores de desenvolvimento, dentro do Arco Sul, que impactam diretamente na região e no município de Jaguarão. Posteriormente, se analisou os dados orçamentários do período 2014-2017, no que se refere às receitas totais e às despesas realizadas pela Secretaria de Cultura e Turismo, responsável pela execução das ações de desenvolvimento local do turismo, verificando seus percentuais de aplicação orçamentária dentro do montante produzido pelo executivo municipal.

Em seguida, realizou-se uma série de seis entrevistas semiestruturadas. Dentro do escopo deste trabalho foram escolhidas três secretarias municipais que diretamente seriam abordadas pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, especificamente no que diz respeito a ações de turismo evidenciadas na Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira, são elas: Secretaria de Planejamento e Urbanismo; Secretaria de Administração e a Secretaria de Cultura e Turismo, todas do município de Jaguarão.

Foi definido um público específico de servidores do executivo municipal, pertencentes a estas secretarias já elencadas. Separados em dois grupos: três agentes administrativos, que são funcionários do quadro, os quais tem acesso aos programas e ações desenvolvidos por vários governos. Assim como os cargos

comissionados de alto escalão, no caso em questão, três secretários municipais, desta última gestão que tem como objetivo efetuar a execução orçamentária municipal, conforme a política de governo atual.

Por fim, foi possível participar da reunião do Comitê de Fronteira, entre as cidades gêmeas de Jaguarão e Rio Branco, sob a coordenação dos consulados do Brasil e do Uruguai. Nesta oportunidade, foi possível verificar o discurso proferido pelas instâncias federais, estaduais e municipais de ambos países, além de identificar suas preocupações com o desenvolvimento da faixa de fronteira e a especial atenção dada aos limites existentes com a República Oriental.

2. Desenvolvimento

2.1. Organizações nacionais e a Faixa de Fronteira

Dentro do Desenvolvimento Regional, o MI, desenvolve, aplica e interage com as diversas regiões do país através da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Uma ação de Estado que visa à redução das desigualdades em consonância com a Constituição de 1988. A PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras (BRASIL, 2013).

Conforme o MI, para cumprir com suas aspirações, a PNDR utiliza como principais instrumentos os planos regionais, os fundos de desenvolvimento regional e os programas governamentais. Estes últimos por sua vez são distribuídos em quatro segmentos: Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido e o Programa de Promoção da Faixa de Fronteira, este último servirá como esteio a realização deste trabalho.

Mas para que isso seja possível se faz necessário o nivelamento de alguns conceitos que são imprescindíveis ao entendimento das ações desenvolvidas e dos programas estruturados, o primeiro deles é a definição de faixa de fronteira, descrita no artigo 1º da Lei 6.634/1979, “É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira”.

Historicamente esta região de fronteira foi definida como limitadora, apenas responsável pela manutenção territorial, entendida de forma problemática pelo

restante do país. Um local de barreira ao externo, onde a falta de desenvolvimento prolifera e perpetua diversos delitos e abusos aos direitos humanos, uma área manchada pela prostituição e o narcotráfico. Cenário este reforçado pela globalização desenfreada que contribui sobremaneira ao aumento das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2009, p.14).

O PDFF (Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira) surge com o objetivo de estruturar fisicamente estas regiões, com o fortalecimento das potencialidades locais, através da articulação com outros países da América do Sul, respeitando a diversidade local e promovendo sua organização social e produtiva, alterando a imagem, resignificando a importância destas regiões:

Observa-se a mutação do papel do Estado e o fato de que a fronteira deixa de fazer parte de estratégias e interesses do Estado Central, passando a ter funções para as comunidades de fronteira através de rede de centros internacionais de negócios (MACHADO apud BRASIL, 2017, p. 10).

Nesse contexto o PDFF surge na defesa da formação de rede de atores locais, desenvolvendo os espaços sub-regionais, fornecendo infraestrutura social e produtiva, assim como a criação de novos eixos da economia local.

A valorização do local mostra novas possibilidades, oportunizando frentes de trabalho e aproveitamento conjunto de potencialidades. Conforme Coriolano (2009), desde a década de 1990, uma modalidade de produção socioeconômica vem contribuindo para a inclusão de pequenos grupos e empreendedores na cadeia produtiva do turismo, esse movimento é chamado de Arranjo Produtivo Local (APL), ou seja:

Atividades que capturam externalidades oriundas de regiões e populações, objetivando agrupar empreendimentos com afinidades ou aproximar pequenas empresas em busca de suporte e sustentação econômica. Este tipo de organização deriva do SPL (Sistema Produtivo Local), nomenclatura de origem francesa, para indicar grande número de firmas, no mesmo território, a maioria de pequeno porte, envolvidas em vários estágios, com articulação e aprendizagem entre si e outros atores locais, para produção de produto homogêneo (CORIOLANO, 2009).

Pela sua estrutura o PDFF incentiva a estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) como estratégia de desenvolvimento regional compondo a infraestrutura econômica, social e produtiva, a base institucional, além da organização e da coesão das sociedades locais. E utiliza para isso quatro diretrizes:

a) fortalecimento institucional, b) desenvolvimento econômico integrado, c) cidadania e d) marco regulatório (BRASIL, 2009, p. 16).

O fortalecimento institucional trata da sustentabilidade das ações na região de fronteira, a partir do reconhecimento das potencialidades locais, e com a intensificação do planejamento estratégico que envolve os municípios das sub-regiões, paralelamente com a participação da sociedade civil. Dentre as várias iniciativas do PDFF nesta diretriz, pode-se destacar a articulação com o Grupo de Trabalho Interministerial, resultando no fortalecimento da região de fronteira pela criação de infraestrutura e do apoio às demandas originadas nos fóruns de desenvolvimento.

No desenvolvimento econômico integrado se objetiva a melhoria da qualidade de vida da população e integração regional através do apoio aos APL (Arranjos Produtivos Locais), pela qualificação profissional dos moradores, formação de gestores e facilitadores na obtenção de recursos, criação de linhas de crédito para pequenas e médias empresas, investimentos em infraestrutura rodoviária e de telecomunicações.

A diretriz de condições de cidadania é responsável pela inserção social da população, através do apoio as instituições de defesa dos direitos humanos, o incentivo ao fortalecimento da representação de grupos prioritários, valorização e divulgação da cultura local, promoção do ensino bilíngue, integração de ações de saúde e demais ações de impacto sociocultural na vida dos autóctones.

Por fim, o marco regulatório identifica e procura adaptar a legislação que abrange estas regiões de fronteira conforme suas peculiaridades, que em certa medida extrapolam os limites institucionais nacionais. Assim a análise dos acordos e regras binacionais ou multilaterais traça o perfil das prioridades existentes entre os países em suas regiões de fronteira. Contrariando a criação de normas únicas em nível nacional, estes acordos privilegiam a realidade de cada local, promovendo uma maior integração econômica e social.

2.2. Questões internacionais

Por se tratar de uma grande extensão de terras, e a diversidade de relações existentes com os dez países limediros, de norte a sul do país, existem também diferenças horizontais entre as cidades limítrofes com países vizinhos, sendo elas gêmeas ou não. Por óbvio, a criação de um padrão único de atuação torna-se

inviável. Assim várias medidas são tomadas para abrandar os problemas que a uniformidade legal impõe nos territórios de fronteira. Dentre elas a articulação com o Ministério das Relações Exteriores, que analisa as exceções em conjunto com o país vizinho, criando regras especiais de funcionamento (BRASIL, 2009, p. 22).

Outra importante ferramenta de articulação é a criação de Comitês de Fronteira (CF) binacionais, pois estes otimizam a utilização da infraestrutura existente, integram ações de cunho regional, como as de planejamento do uso sustentável do meio ambiente e da vigilância fronteiriça. Estes CFs identificam as demandas locais, dão transparência às atividades e buscam meios de executar o desenvolvimento integrado com países vizinhos.

Um dos maiores objetivos do PDFF na atuação internacional é apoiar a revitalização dos CFs para atuação no plano local, como organismos binacionais de integração de fronteira. Tendo em sua constituição as “Forças Vivas” locais (prefeito, vereadores, empresários, associações comerciais entre outros). Onde as demandas de saúde, educação, meio ambiente, segurança, comércio fronteiriço, projetos de infraestrutura possam atingir as administrações estaduais e departamentais de cada um dos envolvidos (BRASIL, 2009, p. 23).

Conforme dados do Ministério da Integração Nacional a complexidade na revitalização destes espaços está historicamente atrelada a sua conformação política, com uma estrutura normatizada que pouco ou nada refletia as necessidades da população local, descontinuando o trâmite das reivindicações para instâncias de governança superior. Apesar disso, alguns exemplos comprovam a efetividade de ações em conjunto, a exemplo da fronteira Brasil com Uruguai, onde foram constituídos grupos de trabalho para discussão das questões com a sociedade. O resultado devidamente encaminhado às chancelarias respectivas equacionavam soluções a viabilização das demandas. Com isso se estabelece para os CF que:

O objetivo principal é, desse modo, contemplar questões que demandem regras e normas diferenciadas daquelas praticadas pelos Estados, que precisem ser planejadas em parceria com a nação vizinha. Busca, ainda, verificar a possibilidade de fortalecimento da elaboração de um Estatuto das Fronteiras que resultaria da discussão integrada dos diversos aspectos relacionados à vida na fronteira, a exemplo de comércio, saúde, assuntos trabalhistas, educacionais, migratórios, de transporte, de desenvolvimento econômico e outros que tendam a impulsionar a integração entre as comunidades de fronteira, com vistas à melhoria da qualidade de vida de suas populações (BRASIL, 2009, p. 22).

Através destas parcerias estratégicas o PDFF agrega contribuições específicas para estruturação da faixa de fronteira, com ações de planejamento estratégico, apoio a atividades econômicas, de infraestrutura urbana e melhorias sociais nas regiões. Estas ações são implementadas na forma de projetos prioritários do Governo Federal, orientados por três linhas de ação:

- a). Desenvolvimento integrado das sub-regiões que contêm cidades-gêmeas;
- b). Articulação das prioridades do PDFF com o desenvolvimento das mesorregiões prioritárias;
- c). Melhoria das condições econômicas, sociais e de cidadania das sub-regiões que compõem a Faixa de Fronteira (BRASIL, 2009, p. 24).

2.3. Cidades Gêmeas

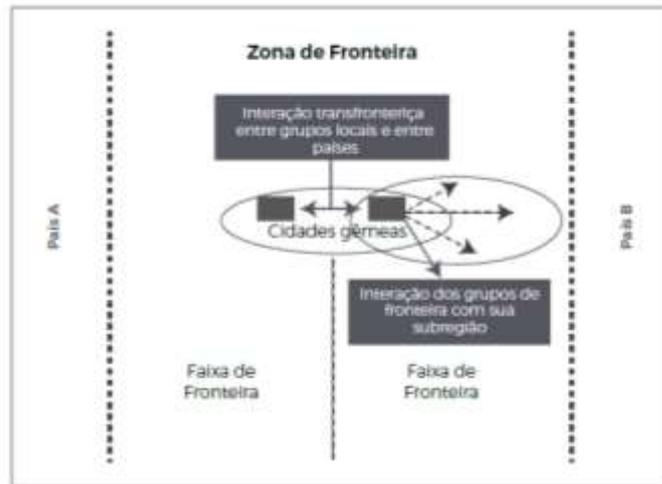
Para melhor entendimento deste termo, o Ministério da Integração Nacional através da portaria nº 125, de 21 de março de 2014, estabeleceu o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios usados nessa definição e listagem das cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição, conforme segue:

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (BRASIL/2014).

Conforme a Cartilha da Faixa de Fronteira, do Ministério da Integração Nacional, na prática a ideia de zona de fronteira seria o somatório das faixas territoriais de cada lado do limite internacional, criando um meio geográfico próprio de fronteira. Entretanto a política, questões legais e administrativas impedem essas "zonas de integração fronteiriças" (conforme demonstra a figura 1), sendo as cidades-gêmeas os espaços geográficos que mais se aproximam deste ideal.

Figura 1 – Zona de Fronteira



Fonte: Brasil (2017, p. 16).

Na tipologia das interações transfronteiriças, do Ministério da Integração Nacional, as situações de fronteira não são as mesmas ao longo do limite internacional do país, resultado das diferenças geográficas, do tratamento recebido por parte dos órgãos públicos e da relação estabelecida com os povos vizinhos. Assim é segmentada a tipologia das interações transfronteiriças em: A-1. Margem; A-2. Zona-tampão; A-3. Frentes; A-4. Capilar; A-5. Sinapse. No que se refere a este trabalho especial atenção é dada a tipologia A-1. Margem, que é aplicada ao município de Jaguarão, que será tratado adiante (BRASIL, 2017, p. 17).

Em vista das características de cada cidade e do segmento envolvido, os fluxos de fronteira apresentam semelhanças, entretanto com comportamento diferenciado, evidenciado através das relações de trabalho, o fluxo de capital, o uso da terra e dos recursos ambientais, além de serviços de consumo coletivo, por isso constituindo-se em objetivos prioritários as políticas de zona de fronteira.

2.4. Mesorregiões

Em nível nacional estão implantadas treze mesorregiões prioritárias no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO), dentre elas quatro mesorregiões encontram-se em áreas coincidentes com o limite de 150 Km da faixa de fronteira (conforme figura 2), são elas: Alto Solimões (AM), Vale do Rio Acre (AC e AM), Grande Fronteira do Mercosul (PR, SC e RS) e Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS) (BRASIL, 2009, p. 30).

Essas mesorregiões são beneficiadas pelas ações do PDFF e do PROMESO, de forma que a complementaridade dos programas garanta o desenvolvimento sustentável destas sub-regiões, configurando dupla prioridade ao desenvolvimento da região e integração nacional. Este reforço justifica-se principalmente pela presença da sociedade civil regional organizada, integrada ao processo de planejamento para o desenvolvimento da região. Sobre este trabalho os esforços serão direcionados a mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS) (BRASIL, 2009, p. 32), da qual o município de Jaguarão é parte integrante e que será tratado em segmento específico.

Figura 2 – Mesorregiões



Fonte: Brasil (2009, p. 31).

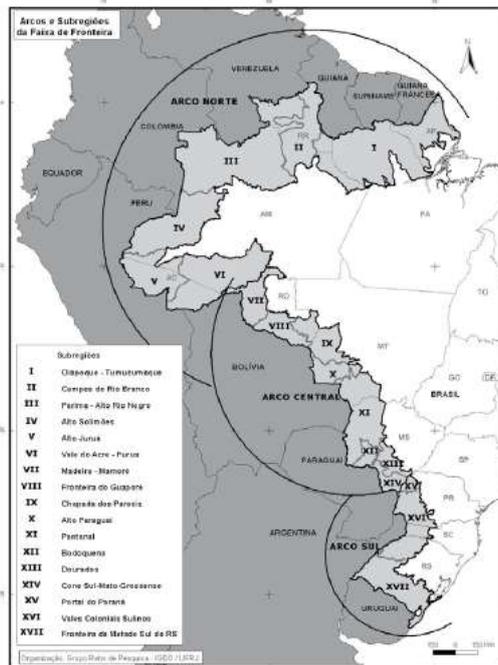
2.5. Sub-regiões da Faixa de fronteira

Com a finalidade de organizar e articular os atores da Faixa de Fronteira, com vistas aos projetos comuns de desenvolvimento e percepção da realidade local e sub-regional o PDFF segmenta o território em arcos e espaços sub-regionais, (descrito na figura 3). Isto permite aperfeiçoar as peculiaridades locais, sejam econômicas, políticas, ou culturais. Assim a faixa de fronteira foi dividida em três grandes arcos: Norte, Central e Sul, e posteriormente em 17 sub-regiões.

Conforme a linha de apresentação deste trabalho, a sub-região de interesse referenciada é a da Fronteira da Metade Sul do RS, pertencente ao Arco Sul, por também conter em sua composição o município de Jaguarão. Esta sub-região é

caracterizada pelo alto grau de urbanização de seus municípios, com o maior índice agregado do arco Sul (82%). Sua base produtiva sedimenta-se na bovinocultura de corte, ovinocultura e rizicultura (tanto para o mercado nacional quanto o mercado de exportação). Atividades como o cultivo da soja e apicultura iniciam um processo de expansão (BRASIL, 2009, p. 32).

Figura 3 – Sub-Regiões



Entretanto, um facilitador do desenvolvimento sub-regional é o aproveitamento do potencial logístico e de integração com países vizinhos. Através do fomento da expansão dos serviços de apoio logístico (armazenamento, distribuição e intermediação comercial), especialmente nas fronteiras estratégicas, possibilita a competitividade dos produtos locais frente aos demais países do Mercosul.

Conforme o MI (2009), resultado das características desta sub-região, algumas potencialidades de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais são apresentados, dentre eles: Agroindústria; Setor industrial madeireiro/moveleiro; Setor têxtil; Erva-mate; Fruticultura; Setor industrial de bebidas e conservas; Fabricação de produtos cerâmicos; Insumos agrícolas (maquinaria); Bovinocultura de corte; Ovinocultura; Rizicultura; Vitivinicultura; Apicultura (em ascensão) e Turismo, que será foco deste trabalho em conjunto às análises realizadas sobre o município.

2.6. Jaguarão

As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE (2010); observa-se que Jaguarão possui hoje uma área territorial de 2.054.382 Km². E uma população efetiva de 27.931 moradores, com estimativas de uma população residente com data de referência 1º de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 28/08/2014, de 28.393 habitantes. Com uma densidade demográfica de 13,60 habitantes por Km².

Em sua estrutura econômica pode-se observar que o município é fortemente representado pelo setor de serviços, conforme informações do Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, nos seus registros administrativos do ano de 2009. Seguido imediatamente pela agroindústria, que também absorve parte considerável dos serviços. E por fim, uma incipiente promoção da indústria.

Com base nas orientações gerais do MI, o município de Jaguarão está enquadrado como uma cidade gêmea de tipologia A-1: Margem. Esta classificação compreende interações em que a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contato entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais. As relações são mais fortes com o nacional de cada país do que entre si. A ausência de infraestrutura conectando os principais núcleos de povoamento é uma característica modelo. O que pode ser observado de forma contundente no cotidiano da cidade.

Além disso, a cidade também é contemplada pela mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS). Nessa região é importante que os fóruns mesorregionais se articulem devidamente com os Comitês de Fronteira, de forma que prioridades e particularidades fronteiriças possam ser relevadas e contempladas também por ações do PROMESO. É justamente da articulação das políticas do MI que surge o fortalecimento das regiões prioritárias.

Finalmente, dentro da classificação sub-regional, se vincula a Fronteira da Metade Sul do RS, pertencente ao Arco Sul. Com base produtiva na bovinocultura de corte, rizicultura e mais recentemente o cultivo da soja. Possui boa relação com sua gêmea, Rio Branco, inclusive evidenciada por tratados de comodato de uso da Lagoa Mirim entre os países. Além de apresentar potencial elevado para ações conjuntas de apoio logístico e o desenvolvimento de APLs (Arranjos Produtivos Locais) em especial: agroindústria; fruticultura; bovinocultura de corte; ovinocultura; rizicultura; apicultura (em ascensão) e turismo.

3. Consolidação dos Planos de Desenvolvimento

O Programa Nacional objetiva o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de uma estruturação física, social e produtiva, evidenciando potencialidades locais e articulando-se com outros países. Para isso formula propostas de atuação que depois de publicadas ficam sob a responsabilidade da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração de Fronteira (CDIF) (BRASIL, 2017, p. 13).

Neste documento são estabelecidos os princípios gerais e as diretrizes que nortearam todas as ações pretendidas. Na elaboração do PDIF – Plano de Desenvolvimento e Integração da Fronteira – são definidas as estruturas de gestão dos projetos nos diversos órgãos das três esferas de governo. Também é estabelecido o monitoramento das atividades de forma continuada de cada ação. E evidencia-se a preocupação com a divulgação de todo processo de maneira conjunta, para levar informações às comunidades dessas regiões fronteiriças.

No caso específico do Arco Sul, que abrange este trabalho, sua configuração é privilegiada, pois apresenta a existência de escalas complementares de atuação que ultrapassam a local, que são os COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento, que ajudam a compreender melhor os problemas da faixa territorial e as necessárias soluções a serem aplicadas.

Além é claro de fortalecer as cadeias produtivas existentes, o desenvolvimento da fronteira passa pela diversificação produtiva, identificando novos setores com potencial de crescimento e expansão. Assim o PDIF divide-se em: áreas temáticas, programas, ações e localização de atuação. Para o Arco Sul, sua estrutura apresenta seis áreas temáticas: 1. Infraestrutura; 2. Desenvolvimento Econômico; 3. Saúde, Trabalho e Inclusão Social; 4. Integração Territorial; 5. Integração entre os Povos; e 6. Fortalecimento Institucional do Território⁴.

Como o objetivo é verificar a aplicação turística do PDFF em nível municipal, foi necessária uma divisão dos vários programas e ações. Com isso, inicialmente, foram identificados todos os programas que atingem o arco sul e a sub-região onde se encontra o município de Jaguarão, definida como programas (P). Posteriormente foram selecionados os programas e ações que atuam de forma regional, definidos como impacto regional - desenvolvedores indiretos (IR). Em seguida foram

⁴ Para efeito complementar deste estudo todas as Câmaras Temáticas, seus programas e ações para o Arco Sul são apresentados na cartilha Fronteira - Consolidação Dos Planos De Desenvolvimento E Integração Das Faixas De Fronteira, Brasília – DF. Fevereiro de 2017.

elencados os programas e ações criados para atuar diretamente sobre o município, definidos como impacto municipal - desenvolvedores diretos (IM). E por fim, foi realizada uma subclassificação que aponta os programas e ações que são desenvolvedores diretos e que estariam direcionados para a promoção do turismo local, como Impacto Municipal Turístico - desenvolvedor direto turístico (IMT), conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Programas e ações das Câmaras Temáticas do Arco Sul

Área	(P)	(IR)	(IM)	(IMT)
1. Infraestrutura	20	08	03	00
2. Desenvolvimento Econômico	06	05	00	00
3. Saúde, Trabalho e Inclusão Social	09	05	00	00
4. Integração Territorial	04	04	00	00
5. Integração entre os Povos	14	10	04	04
6. Fortalecimento Institucional do Território	06	05	00	00
Total	59	37	07	04

Fonte: elaborado pelo autor

Legendas:

(P) – Programas

(IR) – Impacto Regional – Desenvolvedor Indireto

(IM) – Impacto Municipal – Desenvolvedor Direto

(IMT) – Impacto Municipal Turístico - Desenvolvedor Direto Turístico

Apesar da relevância de todos os programas e suas ramificações, este trabalho visa àquelas ações que agem diretamente sobre o município e que foram definidas como impacto municipal turístico. E assim realizar o levantamento local dentro das estruturas do executivo municipal que representam esta área de atuação. Averiguando a contribuição feita no turismo local e o fortalecimento da faixa de fronteira, foram identificados os seguintes programas e ações relacionadas ao turismo:

- Área Temática – Integração entre os povos;
 - Programa 1 – Qualificação do Turismo;
 - Ação 1 – Instalação de Centros de Atendimento ao Turista em Aceguá, Livramento e Jaguarão;
 - Programa 2 – Implementação de uma programação cultural na fronteira (1)
 - Ação 1 – Apoio ao Festival Calaguá (Sta. Vitória) e a Feira binacional do livro de Livramento e Jaguarão;

- Ação 2 – Festival de cinema da fronteira (Bagé – 20 de novembro), Carnaval – Jaguarão e Chuí; América e Pampa;
 - Programa 3 – Patrimônio histórico e cultural
 - Ação 1 – Preservação e revitalização do patrimônio histórico edificado e imaterial.

4. Análise de Dados

Inicialmente foi realizado um levantamento orçamentário, dos valores disponibilizados nos anos de 2014-2017, dentro da pasta da Cultura e Turismo, na qual os recursos disponibilizados reverteriam à promoção e desenvolvimento turístico na área de fronteira. Conforme os dados do Tribunal de Contas do Estado do RS, através do segmento de controle social, foram coletadas as receitas da Prefeitura Municipal de Jaguarão e as despesas realizadas por cada secretaria (tabela 2), possibilitando não só verificar o percentual aplicado no turismo local, como a forma de efetiva aplicação destes valores, conforme segue:

Tabela 2 - Receitas Arrecadadas da Prefeitura Municipal de Jaguarão - RS

Exercício	Previsão (R\$)	Arrecadada (R\$)
2014	80.580.828,85	60.472.523,85
2015	89.748.636,22	64.183.195,69
2016	86.887.049,03	79.494.208,03
2017	105.642.536,39	79.519.083,55

Fonte: TCE (2018)

Tabela 3 - Despesas Realizadas pela Secult – Jaguarão - RS

Exercício	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
2014	34.213.431,68	3.576.829,01	3.576.179,01	3.383.941,51
2015	16.713.152,00	5.161.768,49	5.147.225,79	4.856.290,13
2016	14.818.576,63	2.038.979,83	2.036.318,83	1.979.105,61
2017	13.967.967,15	7.064.445,11	5.130.831,70	4.394.350,17

Fonte: TCE (2018)

Ao cruzarmos os dados disponíveis, dos montantes efetivamente arrecadados pela Prefeitura Municipal de Jaguarão, verificamos que as despesas realizadas para o desenvolvimento turístico da cidade de Jaguarão em números percentuais não ultrapassa 8% do total arrecadado nos períodos de tempo analisados, conforme mostra a tabela abaixo, e que nestes valores são incluídas as despesas de

manutenção continuada a exemplo de despesas de pessoal, pagamento dos serviços de água, luz e telefonia.

Tabela 4 - Receitas realizadas PMJ x Despesas efetivas da Secult da PMJ

Exercício	Arrecadado PMJ	Empenhado Secult	%	Pago Secult	%
2014	60.472.523,85	3.576.829,01	5,91	3.383.941,51	5,60
2015	64.183.195,69	5.161.768,49	8,04	4.856.290,13	7,57
2016	79.494.208,03	2.038.979,83	2,56	1.979.105,61	2,49
2017	79.519.083,55	7.064.445,11	8,88	4.394.350,17	5,53

Fonte: TCE (2018)

Aprofundando a análise dos dados de despesas realizadas observa-se junto à base de dados do Tribunal de Contas do Estado do RS que os três maiores valores empenhados pela Secretaria de Cultura e Turismo neste período de tempo (2014-2017) se relacionam com a manutenção e restauração do patrimônio edificado e a promoção dos festejos de carnaval⁵.

A partir da identificação das quatro ações que diretamente atuam sobre o turismo de Jaguarão, foram selecionadas três secretarias municipais que estão diretamente ligadas às ações previstas para o turismo e descritas na Consolidação dos Planos de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira, são elas: Secretaria de Planejamento e Urbanismo; Secretaria de Administração e a Secretaria de Cultura e Turismo.

Posteriormente foram realizadas entrevistas semiestruturadas com integrantes do executivo municipal que teoricamente estariam à frente das ações em nível municipal, gestão, no monitoramento e na comunicação dos resultados obtidos. Foi definido um público de seis servidores do executivo municipal, pertencentes a estas secretarias já elencadas. Separados em dois grupos: os agentes administrativos (três indivíduos), que são funcionários do quadro, os quais tem acesso aos programas e ações desenvolvidos por vários governos. Assim como, três cargos comissionados de alto escalão, os secretários municipais, desta última gestão que tem como objetivo efetuar a execução orçamentária municipal, conforme a política de governo atual.

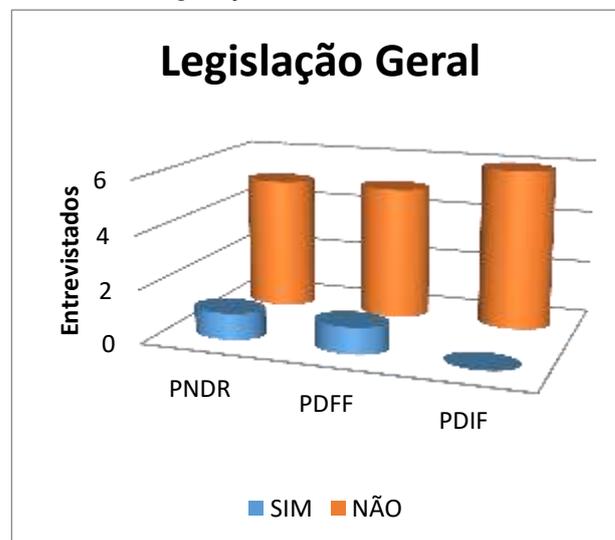
Inicialmente identificou-se qual o tempo de serviço público de cada entrevistado e qual o tempo que estão vinculados em sua atual secretaria. E foi observado um maior tempo de vínculo dos servidores administrativos em suas

⁵ Disponível para consulta pormenorizada no endereço: <http://www1.tce.rs.gov.br>, município de Jaguarão, despesas por credor.

secretarias e conseqüentemente um conhecimento mais aprofundado dos programas e projetos desenvolvidos em suas áreas de atuação. Apesar de alguns cargos políticos possuírem um maior tempo total de serviço público, todos possuem os mesmos tempos de atuação em suas respectivas secretarias, conseqüência da troca de governo realizada em janeiro de 2017.

Nestes servidores foram aplicadas entrevistas semiestruturadas compostas de quatro partes de abordagem. A primeira etapa abordava a legislação federal de forma genérica, onde o participante indicava seu conhecimento sobre a existência da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do seu Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e sobre o Plano de Desenvolvimento e Integração da Fronteira. Apenas um participante apontou conhecer o Política Nacional e o Programa de Desenvolvimento, nenhum dos participantes relatou conhecer o Plano, conforme segue:

Figura 4 – Gráfico da Legislação Geral



Fonte: elaborado pelo autor.

A segunda etapa tratava especificamente das ações previstas na Consolidação do PDFF, para área de turismo de Jaguarão. Os entrevistados deveriam identificar as ações em suas rotinas de trabalho, tanto de planejamento quanto de execução orçamentária, descrevendo suas percepções sobre o desenvolvimento destas ações ao nível local.

Conforme as respostas apresentadas, o Centro de Atendimento ao Turista (CAT), é identificado como demanda municipal, divergindo um pouco sua localização de instalação. São apresentados: a Avenida 27 de Janeiro esquina Rua Marechal

Florianópolis, o Pórtico de Entrada da cidade. É descrito também a ação como iniciativa do governo estadual, com contrapartida municipal em sua execução, com valores totais de R\$ 140.000,00.

Sobre a Feira Binacional do Livro todos os entrevistados identificaram a ação na agenda municipal, mas sem parceria Federal ou Estadual, os recursos seriam provenientes de recursos municipais livres. Também se revelou a preocupação com a execução do evento, visto que seu escopo está voltado mais para shows e praça de alimentação, do que propriamente a venda de livros. Assim como a descaracterização da premissa binacional do evento.

O carnaval apresentou uma dualidade nas respostas, sendo identificado como uma atividade meramente municipal, sem participação de outras instâncias de governo. Para os entrevistados o evento gera divisas a cidade, entretanto ações de planejamento e execução são conduzidas de forma deficiente, pouca ou nenhuma preparação antecipada por parte dos organizadores, em especial a Comissão de Carnaval, criada em caráter temporário para organização deste evento.

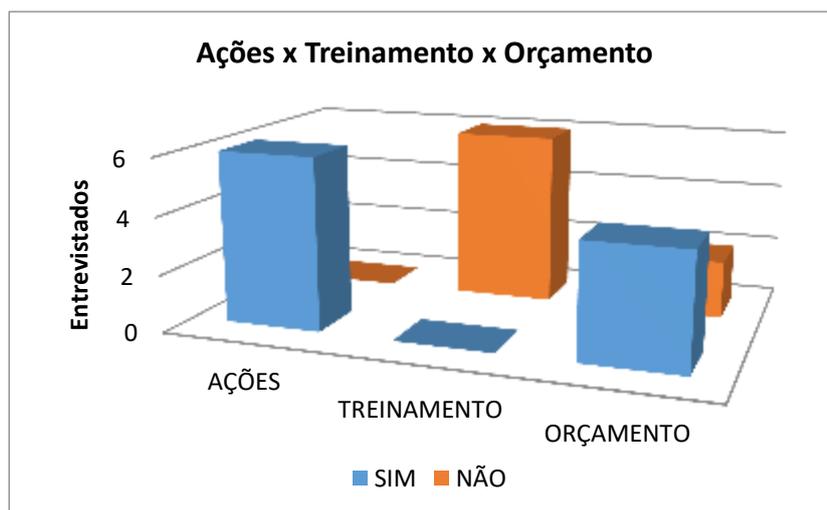
Com referência a preservação e revitalização do patrimônio imaterial apenas um entrevistado citou sua existência através do Clube 24 de Agosto (Afrodescendentes), e de projetos futuros de educação patrimonial nas escolas do município. Sobre o patrimônio edificado, todos os entrevistados identificaram como um ponto forte das ações municipais, onde foram citados vários prédios e casarios, dentre eles: Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão (parceria com a Mitra Diocesana de Pelotas); Mercado Público; da Casa de Cultura (Antigo Fórum); Revitalização da Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras; Prédio sede da Prefeitura Municipal; Colégio Carlos Alberto Ribas; Biblioteca Pública; Clube Jaguareense; Clube Harmonia e Cine Regente. Além de prédios que não se encontram listados, mas deveriam fazer parte da série de restauros, como o Palacete do Barão, e a antiga exatonia estadual do RS.

Conforme relatos de um dos entrevistados, Jaguarão faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas, iniciado em 2009 no município, contemplado inicialmente com R\$ 40.000.000,00, para restauro de prédios tombados, sendo a execução das obras um esforço conjunto do Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional – IPHAN e da Prefeitura Municipal. A exceção apresentada foi a construção do Centro de Interpretação do Pampa – CIP,

que iniciou com projeto promovido pela prefeitura, com execução coordenada pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa.

A terceira etapa tratava da relação do servidor com o município, com o objetivo de identificar se os servidores percebiam as ações listadas no cotidiano da cidade, se receberam algum tipo de treinamento ou capacitação sobre o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, e por fim se estes servidores identificam o PDFF na lei orçamentária municipal (figura 5), basicamente vinculando a seu regramento as quatro ações propostas anteriormente, indicadas pelos programas existentes nas orientações para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Apesar de todos os participantes visualizarem em seu cotidiano ações existentes no PDFF, nenhum deles recebeu qualquer tipo de treinamento ou ambientação para trabalhar em sintonia com a legislação federal, e 67% dos entrevistados reconhece as ações dentro do orçamento da Prefeitura de Jaguarão, mas como uma atividade local, e sem conexão com outras esferas de governo.

Figura 5 – Identificação de Ações x Treinamento x Orçamento



Fonte: elaborado pelo autor.

A quarta e última etapa permitiu a contribuição dos entrevistados de forma espontânea sobre o tema, ou ainda de fatores que em suas visões estivessem relacionadas com o desenvolvimento da faixa de fronteira. Entre as sugestões podemos listar: a importância de mais treinamentos aos servidores do quadro de funcionários, a alteração do Plano Diretor Municipal e da Lei de Tombamento; a criação de acordos binacionais para Jaguarão-Rio Branco, maior divulgação e esclarecimentos sobre o patrimônio.

Com relação à reunião do Comitê de Fronteira realizado em 19 de julho de 2018, nas dependências da Casa de Cultura da cidade de Rio Branco, podemos verificar a existência de alguns segmentos específicos, definidos previamente nas seguintes mesas temáticas: 1. Cooperação em Segurança Pública e Judicial; 2. Áreas de Controle Integrado; 3. Saúde; 4. Políticas Sociais de Fronteira; 5. Educação, Formação Profissional e Cultura; 6. Meio Ambiente e Saneamento e 7. Turismo e Desporte, com a participação de mais de cem pessoas ligadas a todas estas áreas. Pode-se constatar que esta reunião integra um conjunto maior de reuniões de fronteira, planejadas pelos órgãos consulares em parcerias com as prefeituras municipais e com os representantes estaduais de cada nação.

Na abertura do evento todas as autoridades presentes na mesa oficial fizeram uso da palavra, mas especial atenção foi dada as palavras do Vice-cônsul brasileiro em Rio Branco (Uruguai), senhor Rafael de Sá Andrade, que descreveu a fronteira entre os dois países como um laboratório de ações modelo para as políticas de Estado do Brasil com todos os demais países. O que significa maior organização e desenvolvimento conjunto na faixa de fronteira meridional. Além dessas afirmações o discurso do Cônsul uruguaio em Jaguarão (Brasil), senhor Carlos Trianón, colocou a importância da reativação das reuniões do Comitê de Fronteira, após três anos de interrupções nos trabalhos.

A sequência do evento ocorreu com a separação dos grupos de trabalho (GT's), que tinham como tarefa elencar as necessidades de cada tema e o preenchimento de uma ata de ações a serem realizadas pelo Comitê de fronteira. No GT de turismo, evidenciou-se as ações de criação de um observatório de turismo de fronteira, a manutenção do Rio Jaguarão e de estruturas para uso náutico, assim como o desenvolvimento de roteiros integrados pelos dois países.

Ao transcorrer cada etapa da análise, iniciada pela identificação das ações desenvolvidas pelas Câmaras Temáticas do Arco Sul, passando ao levantamento orçamentário do período de 2014-2017, a entrevistas de integrantes do executivo municipal e a participação no evento do Comitê de Fronteira Binacional, foi possível de forma mais clara identificar alguns problemas e desencontros entre o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o cotidiano da cidade de Jaguarão.

5. Resultados

Ao analisar o PDFF foi possível constatar uma quantidade considerável de ações e iniciativas oriundas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que tem por objetivo promover a estruturação física, social e produtiva das áreas de fronteira, não só ativando os potenciais locais como também promovendo a articulação com os países da América do Sul. Além disso, o Programa define conceitos, temáticas e ações.

Para reduzir as disparidades o PDFF se orienta estrategicamente em quatro eixos de atuação: o fortalecimento institucional, o desenvolvimento econômico integrado, a cidadania e o marco regulatório. Com forte inclinação para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), dentre eles o turismo. E aplica estes eixos segmentando o território nacional em Cidades-Gêmeas, Mesorregiões e Sub-Regiões (Arcos).

No caso específico de Jaguarão, o município foi triplamente contemplado pelas normatizações estabelecidas no PDFF, onde faz parte da Sub-Região Fronteira da Metade Sul do RS, participa da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS) e também é tipificada Cidade-Gêmea tipo A-1: de margem. Grande diferencial para cidade, que pode ser observado diretamente na legislação federal, através de seu Plano de Desenvolvimento e Integração de Fronteira – PDIF, nas seis áreas temáticas de atuação.

Apesar das câmaras temáticas estabelecidas para o Arco Sul preverem um total de 59 programas de desenvolvimento da faixa de fronteira, 37 impactarem na região do município, e 07 deles diretamente no município, foram trabalhadas apenas as 04 ações que incidem diretamente em Jaguarão e que tem vínculos com o turismo, patrimônio e a cultura, conforme mostrado na Tabela 1 – Programas e ações das Câmaras Temáticas do Arco Sul (p. 14). Pois o objetivo foi verificar se estas ações previstas em nível nacional para o desenvolvimento da cidade e fronteira realmente existem na vida local, através da organização municipal.

As quatro ações trabalhadas dentro das áreas temáticas foram as seguintes: Área Temática – Integração entre os povos - Programa 1 – Qualificação do Turismo: Ações - Instalação de Centros de Atendimento ao Turista em Aceguá, Livramento e Jaguarão; Programa 2 – Implementação de uma programação cultural na fronteira (1). Ações: Apoio ao Festival Calaguá (Sta. Vitória) e a Feira binacional do livro de Livramento e Jaguarão; Festival de cinema da fronteira (Bagé – 20 de novembro),

Carnaval – Jaguarão e Chuí; América e Pampa; E programa 3 – Patrimônio histórico e cultural. Ação – Preservação e revitalização do patrimônio histórico edificado e imaterial.

A primeira constatação sobre os valores arrecadados foi que em todos os exercícios analisados os montantes ficaram abaixo das expectativas estimadas, em especial no ano de 2017. Com referência as despesas realizadas pela Secretaria de Cultura e Turismo notam-se que apesar dos valores autorizados no orçamento, aqueles efetivamente empenhados não atingiram 50% em nenhum dos períodos, principalmente no ano de 2016.

Para isso, analisou-se o total das receitas da prefeitura municipal, e os totais da despesa efetuada pela Secretaria de Cultura e Turismo, no período de 2014 a 2017, comprovando a existência das ações nos orçamentos municipais e os maiores investimentos efetuados. Paralelamente, se comparou o investimento municipal em Turismo e Cultura, com valores percentuais em cada período analisado, conforme apresentado na Tabela 4 - Receitas realizadas PMJ x Despesas efetivas da Secult da PMJ (p.16).

A situação problemática de execução orçamentária fica mais evidente quando são conflitados os valores arrecadados e aqueles efetivamente aplicados na SECULT. Nos anos de 2014-2017 o percentual de dinheiro efetivamente pago pela Secretaria de Cultura e Turismo não ultrapassou 7,6%. Sendo o ano de 2016 o pior momento do período, perfazendo apenas 2,49% do total arrecadado naquele ano.

Posteriormente foi realizada uma série de seis entrevistas qualitativas semiestruturadas, com um segmento específico de servidores municipais, divididos em duas categorias: os agentes administrativos e os secretários municipais. Com ênfase nas secretarias que diretamente atuaram sobre o planejamento e a execução orçamentária das ações no nível municipal, sendo elas: Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento e Urbanismo e Secretaria de Cultura e Turismo.

Sobre a pesquisa de forma geral todos entrevistados identificaram alguma ação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira em suas declarações. Entretanto eles as perceberam como ações individualizadas do poder executivo local, sem conexão com as outras instâncias de governo, a exemplo o nível estadual e federal, ou ainda ligado a estruturas organizativas como é o caso dos Comitês Integrados de Fronteira.

Os integrantes da pasta de planejamento e urbanismo apresentaram maior conhecimento sobre o patrimônio edificado, inclusive listando os principais existentes e as parcerias firmadas, se comparados aos integrantes das secretarias de Administração e Cultura e Turismo. Apresentando dados mais específicos, como o fato de Jaguarão fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC das cidades históricas desde 2009, com uma verba inicial estimada em R\$ 40.000.000,00, para revitalização dos prédios históricos.

Um dado alarmante constatado foi à inexistência de qualquer tipo de treinamento disponibilizado aos servidores municipais no que se refere ao Programa da Faixa de Fronteira, já que o município está triplamente contemplado na legislação, e existem ações previstas no orçamento municipal que refletem os indicativos do PDFF.

Das contribuições gerais citamos a mudança do plano diretor e a revisão da lei de tombamento como fortes indicadores da realidade municipal atual, onde a cidade apresenta parte de suas construções tombadas por órgãos do patrimônio estadual e nacional, no entanto inviabilizam modificações e reformas com materiais alternativos, impossibilitando financeiramente aos moradores sua manutenção.

Sobre a reunião do Comitê Binacional de Fronteira podemos verificar a forte inclinação dos consulados, tanto brasileiro quanto uruguaio, na condução de ações que efetivem o desenvolvimento da faixa de fronteira. O que foi amplamente defendido pelas instâncias locais. O momento atual pode ser descrito como uma retomada de atividades em prol das populações e localidades fronteiriças. Através de documentos e atas os países propõem uma agenda de atividades que pretende beneficiar as futuras gerações.

Mesmo depois de confirmada a presença das ações e programas inclusos na legislação orçamentária municipal, e da existência de grupos organizados e representantes das esferas estaduais e federais envolvidas nestes processos, fica como alerta a descontinuidade dos planos a nível municipal, resultado da falta de preparação e treinamento dos servidores, sejam eles efetivos ou cargos comissionados, que são os responsáveis pela efetiva aplicação de todas as propostas existentes no PDFF, e que em última instância são as comunidades diretamente impactadas pelos resultados obtidos.

6. Considerações Finais

Ao concluir este trabalho foi possível verificar que a legislação de nível federal impacta na rotina da cidade de Jaguarão - RS de modo avesso ao que se imagina ser o adequado, em especial no que diz respeito às cidades-gêmeas, mesorregiões e sub-regiões, e as ações ligadas ao turismo. Pois apesar de existir relação entre município e federação, esta é desconexa.

Isso é demonstrado tanto nos valores efetivamente aplicados na área do turismo no período de 2014 a 2017, pelo município de Jaguarão, quanto na dificuldade apresentada pelos servidores municipais em identificar tal ligação.

Sem a pretensão de determinar conclusões, este trabalho chega ao seu encerramento projetando a necessidade de uma maior divulgação dos resultados e de estudos mais aprofundados das relações existentes entre o PDFF e os municípios de fronteira, visto uma das limitações da pesquisa esta diretamente ligada a carência de trabalhos desta natureza que façam a devida referência a promoção do turismo e seu desenvolvimento nas regiões fronteiriças,

7. Referências

BRASIL. **Cartilha do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)**. Brasília, 2009. Disponível em:

<http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e5ba704f-5000-43df-bc8e-01df0055e632&groupId=10157>. Acesso em: 23 de março de 2017.

_____. Ministério da Integração Nacional – MI. **Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/documents/4085233/0/BasesFaixadeFronteira.pdf/4c044041-a3d9-4aac-b1fa-f187ca12a276>>. Acesso em: 09 de junho 2018.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Consolidação dos planos de desenvolvimento e integração das faixas de fronteira**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.iica.int/sites/default/files/publications/files/2017/BVE17068997p.pdf>>. Acesso em 28 de junho de 2018.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Fundação e Estrutura. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo**. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar 2018.

COMITÉ DE FRONTERA RIO BRANCO – YAGUARON. **Acta Final de la reunión celebrada el 19 de julio de 2018**. Ciudad de Rio Branco – R.O.U.

CORIOLANO, Luiza Neide M. T. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e Cenários em Mudança**. Fortaleza: EdUECE, 2009. 312 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Jaguarão**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/jaguarao/panorama>>. Acesso 25 de junho de 2018.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Histórico**. Publicação: 13/06/2011 as 14:53. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/historico>>. Acesso em: 11 de junho de 2018.

_____. **Principais Instrumentos**. Publicação: 12/08/2011 as 01:44. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/pndr_principais_instrumentos>. Acesso em: 11 de junho de 2018.

_____. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Publicação: 20/05/2013 as 17:35. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

_____. **Portaria nº 125, de 21 de março de 2014**. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25369237_PORTARIA_N_125_DE_21_DE_MARCO_D>. Acesso em: 25 de junho de 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasil, Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%206.634-1979?OpenDocument>. Acesso em 20 de julho de 2018.

TCE. **Controle Social – Consulta Receitas – Jaguarão**. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:23:0:::RP,23:P23_MUNICIPIO:jaguarao>. Acesso em: 01 de julho de 2018.

TCE. **Controle Social – Consulta Despesa – Jaguarão**. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:74:0:::RP,72,73,74:P74_MUNICIPIO:jaguarao>. Acesso em: 01 de julho de 2018.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. 164p.